

<http://twitter.com/tjspoficial> <http://www.facebook.com/TJSPoficial> <http://www.youtube.com/TJSPoficial> [http://www.flickr.com/photos/tjsp\\_oficial/sets/](http://www.flickr.com/photos/tjsp_oficial/sets/) <http://www.foursquare.com/tjspoficial> <http://www.instagram.com/tjspoficial>  
<https://correio.tjsp.jus.br/> | </Links/PublicoInterno> </CanaisAtendimentoRelacionamento/FaleConosco>



**Tribunal de Justiça**<sup>(S)</sup>  
Estado de São Paulo

## A Justiça próxima do cidadão



## NOTÍCIAS

(/Noticias)

### TJSP sedia fórum de debates sobre desenvolvimento do País

05/12/2017



*Alckmin e ministro Dias Toffoli participaram do evento.*

O Tribunal de Justiça de São Paulo sediou hoje (5) o Fórum de Debates "Desenvolvimento Paulista, compromisso com o Brasil", promovido pela Global Council os Sales Marketing (GCSM), no Salão Nobre do Palácio da Justiça. O governador Geraldo

Alckmin proferiu a palestra "São Paulo – uma locomotiva a favor do desenvolvimento e do crescimento econômico e social do Brasil". A abertura do evento ficou a cargo do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro José Antonio Dias Toffoli.

O presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, destacou que o Tribunal é um espaço de cidadania, aberto para receber todos os segmentos da sociedade para dialogar e debater. O presidente do GCSM, Agostinho Turbian, agradeceu ao Tribunal pela cessão do espaço.

Na abertura, o ministro Toffoli, que é paulista, falou sobre a relevância do Estado para a economia e o futuro do País, especialmente em momentos de crise. "São Paulo tem, por tradição, um povo focado no trabalho e na competência. E é assim, trabalhando, que vamos superar os desafios", disse. Também falou sobre a atuação do Poder Judiciário, que, em sua opinião, cada vez mais assume a função de poder moderador. Por fim, destacou o que considera os três pilares para uma boa gestão – seja na área pública ou na área privada: eficiência, transparência e responsabilidade.

Em sua palestra, o governador Geraldo Alckmin apresentou números que demonstram a grandiosidade da cidade e do Estado de São Paulo: tem a terceira maior região metropolitana no mundo, com 22,5 milhões de pessoas; o Estado conta com 45 milhões de habitantes; pelo Metrô da Capital circulam 5 milhões de pessoas por dia; é o maior produtor de cana-de-açúcar e laranja do mundo; e é o maior produtor de frutas, flores, ovos, borracha e máquinas agrícolas do Brasil. O governador destacou a importância de São Paulo no agronegócio, na indústria e na área de serviços (com destaque para a Medicina e a Educação) para a retomada do crescimento do Brasil. "É um povo extremamente trabalhador e um estado que está na vanguarda", afirmou.

Alckmin também falou sobre o Poder Judiciário paulista e sobre o Relatório de Gestão 2017 ([https://issuu.com/tjspoficial/docs/relatorio\\_de\\_gest\\_o\\_-\\_site](https://issuu.com/tjspoficial/docs/relatorio_de_gest_o_-_site)) do TJSP, que recebeu do presidente Paulo Dimas. "O Tribunal paulista é 100% digital e investe em tecnologia e capacitação. Está sempre na ponta, com as melhores ferramentas", destacou.

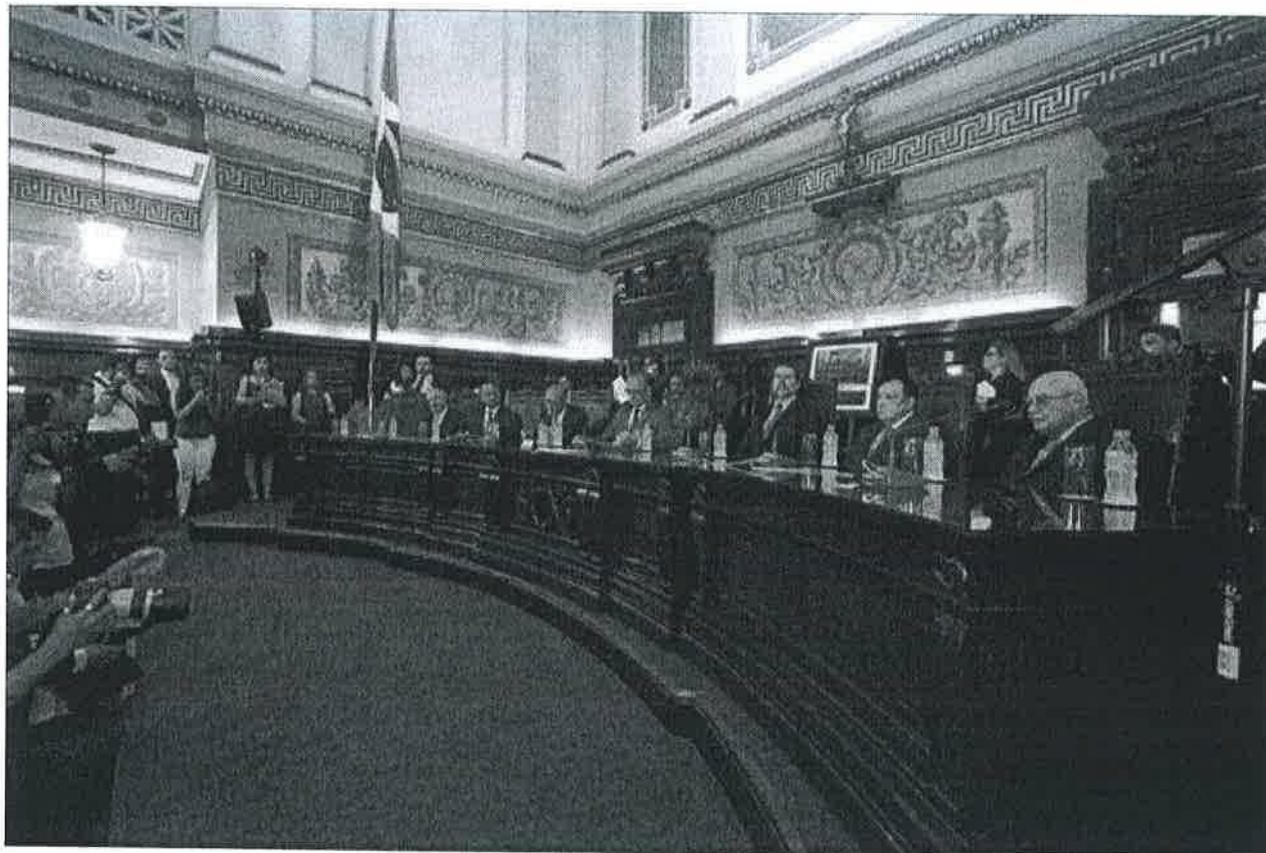
Antes de encerrar sua exposição, destacou que um dos maiores desafios na América Latina é a área de segurança pública, especialmente o combate ao tráfico de drogas. "Conseguimos reduzir ano a ano a taxa de homicídios em São Paulo. Agora lançamos uma proposta para criação da Agência Nacional de Inteligência, voltada ao combate do tráfico de drogas e de armas, composta pela Defesa, Forças Armadas, polícias e utilizando a inteligência dos Estados", concluiu Alckmin.

Paulo Dimas parabenizou o governador pela palestra. Em sua opinião, é essencial para a democracia o fortalecimento das instituições. "Nós, dirigentes, passamos. Mas as instituições precisam ser preservadas." Também falou sobre a valorização do servidor público e da classe política, que deve promover ações para o bem comum.

Na ocasião, o GCSM homenageou diversos representantes de instituições públicas e privadas, entre eles o governador; o ministro e o presidente do TJSP. Também estavam entre os homenageados o ex-presidente do TJSP e atual secretário Estadual da Educação, Renato Nalini; o professor Arnaldo Wald e o presidente da Federação da Agricultura do Estado, Fábio de Salles Meirelles, que compuseram a mesa de honra do evento.

Prestigiaram o fórum de debates o deputado federal Herculano Passos; o comandante-geral de apoio do Comando Aeronáutico; tenente brigadeiro do ar Paulo João Cury; o vice-presidente do TJSP, desembargador Ademir de Carvalho Benedito; o corregedor-geral da Justiça paulista, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças; o presidente da Seção de Direito Privado do TJSP, desembargador Luiz Antonio de Godoy; o defensor público-geral de São Paulo, Davi Eduardo Depiné Filho; o diretor do Parque de Material Aeronáutico de São Paulo, brigadeiro do ar Marcio de Calazans Braga; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) e do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, desembargador Mário Devienne Ferraz; o presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Sidney Stanislau Beraldo; o vice-presidente e corregedor do TRE-SP, desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin; o diretor da Escola Paulista da Magistratura, desembargador Antonio Carlos Villen; a diretora adjunta do Departamento de Assuntos Legislativos da Associação Paulista de Magistrados, juíza Flavia Poyares Miranda, representando o presidente; os secretários de Estado Márcio Fernando Elias Rosa (Justiça e da Defesa da Cidadania), Márgino Alves Barbosa Filho (Segurança Pública) e Arnaldo Jardim (Agricultura); o deputado estadual Itamar Borges; o chefe da Assessoria Policial Militar do TJSP, coronel PM Sérgio Ricardo Moretti; o delegado de polícia chefe de gabinete, Luis Fernando Camargo da Cunha Lima, representando o delegado-geral da Polícia do Estado de São Paulo; o chefe da Assessoria Policial Civil do TJSP, delegado Fábio Augusto Pinto; a conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil, Tallulah Kobayashi de Andrade Carvalho, representando o presidente; magistrados; empresários; advogados; servidores e jurisdicionados.

Comunicação Social TJSP – CA (texto) / KS (fotos)  
 imprensa@tjsp.jus.br (mailto:imprensa@tjsp.jus.br)



EVENTO ACONTECEU NO SALÃO NOBRE DO PALÁCIO DA JUSTIÇA

## COMUNICAÇÃO SOCIAL

Atendimento à Imprensa (/Imprensa/Imprensa/Atendimento)

Campanhas (/Imprensa/Campanhas/Index)

Material de Divulgação (/Imprensa/Imprensa/MaterialDivulgacao)

Matérias Especiais (/Imprensa/MateriasEspeciais)

Notícias (/Noticias)

Revista Jurídica Eletrônica (<https://issuu.com/revistajuridicaeletronica>)

Revista JUSTIÇA SP (<https://issuu.com/tjspoficial>)

## NotíciasTJSP

Cadastre-se e receba notícias do TJSP por e-mail



Digite o Nome Completo

Digite o e-mail

Cadastrar

Tribunal de Justiça de São Paulo

Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP



Prezados/as Defensores/as Públicos/as,

A Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, por meio do **Comunicado nº 351/2017** (publicado no Diário Oficial nos dias 25, 27 e 30 de outubro), conforme já havia dialogado anteriormente com a Defensoria Pública (*por meio dos Núcleos Especializados de Segunda Instância e Tribunais Superiores e de Infância e Juventude, bem como pela Assessoria Cível da Defensoria Pública-Geral*), informou que passará a adotar o julgamento virtual nos processos de competência da Câmara Especial, assim como já ocorre nas Câmaras da Seção de Direito Privado e da Seção de Direito Público.

O procedimento do julgamento virtual no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo está regulamentado por meio da **Resolução nº 549/2011**, com alteração dada pela recente **Resolução nº 772/2017**, ambas do seu Órgão Especial. Objetivando esclarecer as etapas do procedimento, destaca-se o teor do art. 1º da mencionada normativa:

*"Art. 1º - As apelações, agravos de instrumento, agravos internos, embargos de declaração, mandados de segurança, habeas corpus, conflitos de competência e ações originárias serão, preferencialmente, julgados em sessão virtual, a critério da turma julgadora, ressalvada expressa oposição de qualquer das partes, independentemente de motivação declarada, mediante petição protocolizada no prazo de cinco dias úteis, contados da publicação da distribuição dos autos que, para este específico fim, servirá como intimação.*

*§ 1º - A remessa dos autos ao gabinete do relator sorteado dar-se-á imediatamente após a distribuição, independentemente da juntada de eventual manifestação de oposição ao julgamento virtual ou do decurso do prazo para tanto, cuja certificação resta dispensada.*

*§ 2º - Não será objeto de julgamento virtual o processo com pedido de encaminhamento ao julgamento presencial.*

*§ 3º - Não sendo lançado voto no prazo de cinco dias úteis, o relator poderá determinar o encaminhamento dos autos para julgamento presencial.*

*§ 4º - No Grupo Especial e nas Turmas Especiais, no julgamento dos conflitos de competência, obtida a maioria e vencido o prazo previsto no parágrafo precedente, o julgamento poderá ser finalizado pelo relator, com anotação de ausência"*

Assim, na expectativa de cooperar com o fluxo dos trabalhos e permitir a manifestação dos/as colegas sobre eventual oposição à adoção do procedimento virtual em cada processo, o Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores, após dialogar com os/as demais subscritores/as e seus respectivos membros, colocou-se à disposição para recepcionar essas intimações originárias da Câmara Especial para manifestação no prazo regimental de 05 dias (10 dias em dobro) - e, na sequência, encaminhá-las, individualmente, aos/às Defensores/as

naturais (até que haja a efetiva implementação do portal eletrônico de segundo grau).

Destaca-se que a oposição ao procedimento do julgamento virtual não precisa ser fundamentada e, uma vez apresentada, o julgamento, automaticamente, será realizado de forma presencial, bem como com prévia intimação pessoal da Defensoria Pública acerca da data da sessão (possibilitando, como já ocorre atualmente, a solicitação das sustentações orais).

Segundo informado, a Câmara Especial iniciará o procedimento do julgamento virtual, por ora, apenas nos processos envolvendo a matéria de vaga em creche.

Na certeza de que o novo cenário permitirá agilidade aos julgamentos, sem prejuízo de possibilitar a sustentação oral e/ou a formulação de pedido de preferência (a depender da eventual oposição ao procedimento virtual), seguimos à disposição para qualquer outro esclarecimento, bem como para auxiliá-los/as diante de eventual dificuldade.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente,

**Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores**

**Núcleo Especializado da Infância e Juventude**

**Assessoria Cível da Defensoria Pública-Geral**



Fis. 36
Rubrica CSDP

NOTIFICAÇÃO

**Processo CSDP n° 444/18**

**Interessada:** Coordenação do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores

**Assunto:** Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2017 a janeiro de 2018)

Conforme solicitado, faço juntada de cópia do voto do/a relator/a ao último relatório semestral de atividades do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores, relativo ao processo CSDP n° 066/18, aprovado por este E. Colegiado em sua 547ª Sessão Ordinária realizada no dia 02 de março de 2018.

São Paulo, 29 de junho de 2018.

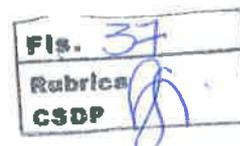
Lézia França da Silva  
Oficial do Conselho Superior da Defensoria Pública



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**



Conselho Superior



Processo nº. 066/2018

**Interessado** : Coordenação do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores

**Assunto** : Relatório Semestral de Atividades (fevereiro a julho de 2017)

Ilustres Conselheiros,

Os Coordenadores do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores apresentam o relatório semestral das atividades desempenhadas pelo referido Núcleo, referentes ao período compreendido entre fevereiro a julho de 2017, processo que se viu distribuído a este Relator.

Informaram preliminarmente que o relato oferecido não segue à risca o modelo utilizado pelos demais Núcleos, pelas particularidades do Núcleo de 2ª Instância e Tribunais Superiores. Da mesma forma, também não realizaram reuniões mensais, não só porque o Núcleo já conta com a presença dos seus membros nos plantões mensais, como ainda em razão da contenção de despesas, tendo, contudo, sido promovido um encontro presencial no dia 02 de junho de 2017.

Registraram que o Núcleo em referência é composto por 16 Defensores Públicos, identificados no Relatório o quadro de membros e colaboradores atuantes no período em consideração. Relataram ainda que o Núcleo conta com 3 cargos de Oficial de Defensoria, 2 vagas de Estagiário de nível médio, 4 de Estagiários de curso superior em Administração e 4 de Estagiários de Direito, conquanto, por consenso, o Núcleo tenha cedido dois Estagiários o Setor de Cartas da Assessoria Criminal.



Após isso, a interessada passou a relatar discriminadamente as atividades nos tópicos previstos na Deliberação CSDP 38/07, com as adequações acima mencionadas, o que passaremos a descrever, resumidamente, item por item, tendo em vista que o presente relatório deverá ser disponibilizado em sítio eletrônico do Portal da Defensoria Pública, para que se veja divulgado não só internamente, como especialmente a toda a comunidade usuária dos serviços da Defensoria Pública paulista.

### **1- O NSITS em números – São Paulo**

Em apertada síntese, considerando-se a disponibilização do relatório em mídia eletrônica, como acima proposto, anoto que este tópico retrata a quantidade de intimações, sustentações, resultados de julgamentos com sustentações orais, vista de autos, pedidos de preferência, despachos com Desembargadores, processos acompanhados, memoriais distribuídos e informações prestadas aos Defensores, além de atendimento em geral e reuniões realizadas. Eis os dados mais relevantes, segundo critério deste Relator :

- intimações recebidas, originárias do TJSP : 19.462
- pedidos de sustentação oral formulados pelos Defensores : 204
- sustentações orais : 108
- resultados dos julgamentos com sustentações orais :
  - favoráveis, total ou parcialmente : 31, sendo :
    - 11 em Câmaras Criminais
    - 10 em Câmaras de Direito Público
    - 8 em Câmaras de Direito Privado
    - 2 na Câmara Especial
  - desfavoráveis : 45, sendo :
    - 21 em Câmaras Criminais
    - 14 em Câmaras de Direito Público
    - 8 em Câmaras de Direito Privado



- 2 na Câmara Especial
- sustentações orais não realizadas, por excesso de pauta : 27
- sustentações transformadas em pedidos de preferência, por excesso de pauta :28
- pedidos de preferência formulados pelos Defensores : 52
- despachos com Desembargadores : 88
- acompanhamento de processos : 235
- petições protocoladas : 58
- memoriais distribuídos ou despachados : 213
- envio de informações processuais aos Defensores : 840
- atendimento geral, em regra para recepção de intimações : 852
- diligências externas (cargas, protocolo, pesquisas) : 1.375
- reuniões realizadas pelos Coordenadores : 14 internas e 5 externas

## **2 – O NSITS em números – Brasília**

- intimações processadas (recebimento e envio aos Defensores) : 15.887 (15.293 no STJ e 594 no STF)
- petições protocoladas : 5.664 no STJ e 235 no STF
- peças elaboradas pelo Núcleo : 596 (cito, como exemplo, 112 habeas corpus arrazoados pelo Núcleo)
- audiências de despachos e sustentações orais : 26 audiências e 5 sustentações orais, sendo :
  - 3 audiências com Ministros do STF
  - 23 audiências com Ministros do STJ
  - 5 sustentações orais no STJ
- resultados das sustentações orais :
  - favoráveis, total ou parcialmente : 1
  - desfavoráveis : 0
- acompanhamento de processos : 20



- envio de informações processuais aos Defensores : 68
- reunião interna : 1 interna e 2 externas

### **3 – Atividades diversas em São Paulo**

Neste tópico, deixo de transcrever detalhadamente os informes de atividades, o que tornaria este voto simples cópia do relatório do Núcleo. Como já acentuei, o voto deverá ser disponibilizado aos interessados através do sítio eletrônico do Núcleo junto ao Portal da Defensoria Pública. Todavia, registro, resumidamente, que neste tópico são relatados eventos de representação do DPG junto ao TJSP, orientações aos Defensores sobre atuação estratégica, palestras proferidas, dentre outros.

### **4 – Atividades diversas em Brasília**

Repito o quanto anotei no tópico anterior. E acrescento que aqui já o relato discriminado de diversos casos de sustentação oral ou audiências levadas a efeito com Ministros do STF e do STJ, narrando inclusive alguns casos exitosos.

### **5 – Projeto de Coordenação do NSITS – Devolutiva ao CSDP**

Narram os Coordenadores subscritores do relatório semestral que em agosto de 2016 apresentaram ao Conselho Superior propostas consistentes em projeto de atuação. Por conta disso, neste tópico, a intenção da Coordenação do Núcleo é prestar informações a respeito do andamento das propostas então alinhadas.

Deixo, também neste ponto, de copiar simplesmente os relatos, pela disponibilização do relatório que há de ser efetivada junto ao Portal da Defensoria. Anoto que, em linhas gerais e por primeiro, a Coordenação cita cada uma das propostas do plano de atuação (tais como a adoção de política padronizada de gestão de dados, o mapeamento quantitativo da atuação da Defensoria no TJSP, o formato de atuação em segunda instância, o mapeamento de posicionamentos temáticos por Câmara e Desembargador e a criação de banco de dados em Habeas Corpus) e aduz que o andamento é o mesmo já relatado no semestre anterior,



dada a complexidade da proposição, assinalando que o "o Núcleo trabalha para a sua efetivação até o final da sua gestão".

Também propunha a Coordenação, no início da gestão, a identificação proativa das demandas sensíveis visando a atuação estratégica do Núcleo. Assevera a Coordenação, no presente relatório, que essa proposta se viu implementada, com o lançamento do Plano de Atuação Estratégica em 2016.

Da mesma forma, relatou como implementadas outras propostas, como o estabelecimento de litigância estratégica a partir da identificação de matérias legislativas recentes, novo olhar sobre o modelo atual de identificação dos levados levados à sustentação oral, o estreitamento da agenda do Núcleo do TJSP e às dos Tribunais Superiores, a continuidade aos comunicados relevantes, o acompanhamento conjunto com o Escritório de Brasília das ações de interesse dos destinatários da Defensoria e da Instituição, o fluxo do envio das intimações pessoais referentes às pautas de julgamento.

A Coordenação também relatou as propostas que entendeu apenas parcialmente implementadas, bem como as metas ainda não atingidas, valendo, como exemplos nesse item, o fortalecimento do escritório de representação em Brasília, diante do constante aumento do volume de trabalho, a reavaliação de proposta de majoração do número de membros do Núcleo, a reformulação do Portal, com inclusão de novas ferramentas aos Defensores e a divulgação à carreira de relatório mensal sobre as atividades do Núcleo em Brasília e em São Paulo.

## **6- Observância das atribuições regimentais**

Neste tópico, a Coordenação observa que, para além da busca das metas elencadas como propostas, considera também as atribuições regimentais ditadas ao Núcleo pela Deliberação CSDP nº 156. Nesse sentido, anota, à luz da dita Deliberação, a previsão das atribuições do Núcleo, com o conseqüente relato do atendimento ou implementação.

Aqui são relatados de forma sintética os dados que normalmente são exibidos pelos demais Núcleos em seus relatórios semestrais e que, como já se disse acima, não são inteiramente aplicáveis ao NSITS. Cito algumas dessas atribuições, anotando que de forma geral a Coordenação interessada relatou o cumprimento das respectivas atividades em cada um dos tópicos previstos na normativa regimental :



- compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos : atribuição efetivada ou implementada, segundo a Coordenação interessada;
- intercâmbio em conjunto com a EDEPE entre os órgãos de execução e atuação da Defensoria: atribuição implementada com manutenção de diálogo institucional com a EDEPE;

Por fim, a Coordenação interessada anexou ao relatório cópias de comunicados expedidos, noticiários publicados, especialmente em casos de destaque que resultaram das atividades realizadas por membros do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores no decorrer do semestre ora analisado.

Frente a todas as informações detalhadas no presente voto, concluo que o Relatório atende com plenitude aos ditames de sua elaboração e apresentação, conforme Deliberação CSDP 38/2007, com as particularidades que cabem ao NSITS já apontadas, de sorte que concluo a presente manifestação, votando pela aprovação integral do Relatório Semestral do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores.

São Paulo, 02 de março de 2018.

  
Pedro Antonio de Avellar

Conselheiro eleito

Representante do Nível V